**Psicologia e direitos da criança
–Análise da contribuição de laudos
psicológicos à formação dos direitos da infância em
Belo Horizonte (1996-2003)**

Psychology and children's rights
– Analysis of contributions of psychological report of
experts to the infance rights (1996-2003)

Roselane Martins Cardoso

FUMEC, Belo Horizonte

RESUMO:

O artigo apresenta uma análise dos laudos psicológicos constantes de ações judiciais das Varas de Família da cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, no intuito de identificar tendências do pensamento psicológico que contribuem para a constituição dos direitos da infância. São enfatizados temas relativos à participação dos psicólogos na definição dos direitos da infância no Judiciário.

Palavras-chave: Psicologia Jurídica; direitos da criança

ABSTRACT:

This paper presents a analysis of report of experts in lawsuits in judiciary of Belo Horizonte, Minas Gerais. This analysis to describe a view of children's rights presents in these reports and recognize psychological ideas about the treatment of this situation. Temes of study about psychologists's participation in definition of infance rights in Judiciary are emphasized.

Key words: Forensic Psychology; children rights

Introdução

A pesquisa¹ buscou conhecer idéias e valores sobre a criança que a psicologia tem fornecido à Justiça na atualidade. Para isso, analisou laudos psicológicos constantes de ações judiciais das Varas de Família da cidade de Belo Horizonte, no período de 1996 a 2003, no intuito de identificar tendências do pensamento psicológico que contribuem para a constituição dos direitos da infância.

A questão central que norteou a pesquisa foi, assim, referente à maneira como a Psicologia vem auxiliando a Justiça a definir e a conceber o exercício e o conteúdo dos direitos da infância em nosso meio. Em qual direção a Psicologia interfere nos significados que estes direitos assumem no contexto judicial? Quais valores, ideais e tendências norteiam as intervenções do psicólogo neste campo?

Conforme já apontado em outro lugar (CARDOSO,2003), entendemos que o trabalho do psicólogo no campo jurídico cria padrões para o exercício dos direitos humanos. Esta pesquisa parte do pressuposto de que na definição dos interesses infantis, a Justiça necessita da mediação de profissionais de outros campos, complementares ao saber jurídico, que o influenciam. No caso da Psicologia, tal mediação pode ser realizada por psicólogos que efetuam avaliações e fornecem à Justiça laudos, pareceres e relatórios. No exercício do Direito de Família, a Psicologia, na interação com outros saberes, produz conhecimentos sobre a infância que se incorporam ao conteúdo dos Direitos da Criança.

A noção de infância é construída cultural e historicamente, como apontam vários estudos, principalmente a partir dos trabalhos clássicos de Phillippe Áries (ARIÈS, 1999). A representação de infância e de criança

comporta variações e diferentes conteúdos em momentos históricos e em contextos culturais diferenciados. Da mesma maneira, a ciência também acompanha tais mudanças na medida em que é dependente do contexto social no qual é produzida. Se isso ocorre com a noção de infância, o mesmo acontece com a idéia de direitos. Direitos são uma construção histórica e social, variando conforme o tempo e o contexto, sendo determinados por cada povo de acordo com seus valores e necessidades (BOBBIO, 1992).

Na cultura ocidental, no século XX, temos um exemplo de como a Psicologia, como ciência, participou da definição da idéia de direitos da criança. De acordo com Campos (1999), a primeira declaração dos direitos da criança, a Declaração de Genebra, datada de 1929, foi elaborada no contexto histórico-cultural de Genebra após a Primeira Grande Guerra, onde havia grande preocupação com a defesa e a acolhida de refugiados de guerra, perseguidos em seus países de origem. Uma das preocupações de então era com as crianças vitimadas, abandonadas ou órfãs em decorrência da guerra, ou simplesmente sofrendo por viverem uma situação de catástrofe. Neste contexto, a Psicologia representada pela Escola de Genebra e encabeçada, neste momento, por Edouard Claparède, dedicava especial atenção à criança, procurando compreendê-la como uma fase especial da vida humana que demanda atenção e cuidados. Para esta corrente da Psicologia, a infância era vista como uma etapa onde a criança deveria estar protegida para garantir seu desenvolvimento. Essa idéia se refletiu claramente na Declaração de Genebra, que enfatizou, justamente, os direitos da criança ao amparo, ao cuidado e à proteção, com prioridade (CAMPOS, 1999).

Esta pesquisa, seguindo tal idéia, se inscreve em um esforço mais amplo de compreender como a Psicologia, nos últimos anos, tem contribuído para a construção dos Direitos da Criança e para a formação das representações sociais dos direitos da infância em nosso meio. Representa uma primeira aproximação no sentido de compreender de forma ampliada esta questão e de situar a Psicologia como parte do processo de formação social do conhecimento sobre a infância.

Neste artigo buscamos, então, abordar a seguinte questão: quais noções e idéias os psicólogos fornecem à Justiça sobre a infância e seus direitos?

Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida entre os meses de março de 2003 e fevereiro de 2004, em Belo Horizonte, percorrendo os seguintes passos:

1. estudo do referencial teórico relativo ao tema, que orientou a coleta e a interpretação dos dados;
2. coleta de dados em 49 autos de processos judiciais das Varas de Família de Belo Horizonte. Nesta etapa foram recolhidos laudos, relatórios e demais participações de psicólogos em processos judiciais envolvendo crianças. Ao final, a pesquisa chegou às seguintes categorias para abordagem do conteúdo:
 - identificação do processo
 - descrição do psicólogo sobre a criança
 - necessidades da criança
 - descrição do psicólogo sobre a relação família-criança
 - encaminhamento

- conclusões sobre o processo
- referencial teórico adotado
- vontade manifesta da criança
- momento em que a criança aparece na intervenção
- termos utilizados para se referir à criança

3. Análise de conteúdo dos dados coletados, decompondo o material em unidades isoladas, relacionando-as às categorias e levantando idéias específicas a partir dos laudos. Além disto, procedeu-se à contagem da frequência de aparecimento de cada idéia.

Caracterização da amostra

Foram analisados 49 autos de processos judiciais das doze Varas de Família de Belo Horizonte. Buscando analisar processos com características diversas, selecionamos autos que se referem a variadas ações e períodos, contendo laudos de diversos psicólogos. Deste total, 24 processos são de pedidos de guarda, 19 de ações de separação de casais e o restante se refere à destituição do pátrio poder, regulamentação de visitas e outros. Os autos compreendem os anos de 1996 a 2003, sendo que a maior parte deles pertence aos anos de 2002 e 2003 (34 processos). Inicialmente procuramos intervenções psicológicas em ações a partir de 1990 e, como trabalhamos com ações ativas, ou seja, processos que ainda estão tramitando na Justiça, encontramos laudos em processos apenas referentes aos anos de 1996 e seguintes, sugerindo que a maior parte dos processos dos anos anteriores já estavam extintos e arquivados pelo TJMG. Os laudos constantes desses autos somam um total de 71, uma vez que vários autos continham mais de

um laudo ou intervenção psicológica. Os laudos foram fornecidos à Justiça por 24 psicólogos diversos, constantes ou não do quadro de psicólogos do TJMG. Para compor nossa amostra selecionamos apenas laudos que continham avaliações de crianças na faixa etária entre menos de um ano até 12 anos de idade, sendo que a maior concentração em relação à idade se deu na faixa de três a sete anos de idade.

Resultados e discussão

Os resultados serão apresentados seguindo as categorias de análise apontadas anteriormente, organizando-as para fornecer uma imagem dos aspectos enfatizados pelo psicólogo em seus laudos e mostrando o pensamento e as idéias psicológicas sobre a criança que o profissional apresenta em seu contato com a Justiça. O intuito é, assim, mostrar o discurso psicológico, suas características, as noções enfatizadas ao se referir à criança e as idéias que aparecem com maior frequência no contexto das Varas de Família em Belo Horizonte.

Descrição sobre a criança

O objetivo aqui foi examinar como o psicólogo descreve a criança, como a apresenta à Justiça. A questão que nos orientou se referiu aos aspectos que o psicólogo privilegia na descrição da criança.

Com base nos laudos analisados, vemos que a descrição da criança pelo psicólogo se faz a partir de alguns aspectos que definem a infância: desenvolvimento infantil, características pessoais da criança, relação da criança com o litígio parental, potencial de sociabilidade infantil, rotina da

criança e atendimento das necessidades básicas infantis. O psicólogo parece privilegiar, ao descrever a criança, em primeiro lugar, o estágio de desenvolvimento geral no qual ela se encontra, combinando isso com as características pessoais específicas da criança. Os dois aspectos somam, em nossa amostra, 65,7% da frequência total de aparecimento desta categoria. Trata-se de um número significativo, mostrando que o psicólogo está atento ao processo de desenvolvimento global infantil e à maneira como a criança particular se apresenta neste momento.

Assim, a forma mais freqüente de descrição da criança pelo psicólogo é a partir do desenvolvimento infantil, denotando a ênfase do psicólogo em aspectos do desenvolvimento geral e específico, o enquadramento da criança em aspectos esperados para a idade e a apresentação do desenvolvimento cognitivo, motor, emocional e da fala, como mostra o trecho do laudo seguinte: *“Ela apresentou-se à entrevista com desenvolvimento adequado à sua faixa etária, mas observamos uma certa dificuldade de Bruna quanto à fala.”*

Uma segunda maneira utilizada pelo psicólogo para a descrição da criança se refere a características pessoais desta, que enfatizam aspectos específicos de cada criança em particular:

“É uma criança alegre, comunicativa”

“... crianças tranqüilas e estáveis emocionalmente”

“...a criança apresenta dificuldade para expor suas idéias”

A relação da criança com o litígio parental também aparece como uma maneira pela qual o psicólogo descreve a criança, procurando mostrar como o litígio afeta a criança envolvida:

“O processo litigioso vem sendo prejudicial ao desenvolvimento da criança”

“...e mostrando-se preservado e alheio ao conflito entre eles, como também a disputa da guarda existente”

A criança também aparece nos laudos sendo descrita a partir de sua sociabilidade, de sua relação com o mundo externo, enfatizando as relações interpessoais da criança:

“...interagindo bem com o meio onde está inserido”

“...não apresenta dificuldade em estabelecer relação interpessoal...”

Aspectos menos freqüentes se referem à rotina da criança e a adequação desta à idade e ao atendimento às necessidades básicas:

“A criança em questão relata rotina comum a sua idade”

“criança bem cuidada e com hábitos higiênicos preservados”

Assim, vemos que uma forte tendência do psicólogo ao descrever a criança é situá-la em relação a padrões de desenvolvimento geral e, ao mesmo tempo, apresentar a criança específica e como ela se mostra em relação a este desenvolvimento. Os laudos não tendem, assim, a descrever a criança de uma maneira abstrata, universal, mas a situar as características particulares das crianças em questão, mostrando para a Justiça seus aspectos particulares.

Vontade manifesta da criança

Os laudos analisados se constituem em uma interpretação da psicologia sobre a criança e a família estudada. Trata-se, aqui, de um “especialista” apresentando uma realidade psicológica para a Justiça. A vontade e a posição das pessoas envolvidas nos processos são interpretadas, no campo judicial, por diversos profissionais que falam pelas pessoas no desenrolar dos processos. Assim, os atores não falam diretamente, mas são mediados pelos discursos dos profissionais que auxiliam a Justiça. No entanto, em alguns momentos, o psicólogo prefere que a criança fale por si mesma, relatando literalmente sua fala ou registrando no laudo o conteúdo expresso verbalmente por ela. Nesses momentos ele não interpreta os acontecimentos, mas abre espaço para que a criança fale sobre si própria. Quais são estes conteúdos, que mensagens o psicólogo deixa que a criança emita diretamente, é o que procuramos identificar nesta categoria.

Em nossa análise esta categoria está presente em 52% dos autos, frequência significativa de momentos nos quais o psicólogo dá lugar à fala literal da criança. Pôde-se perceber que a fala da criança aparece sempre ligada à escolha que ela faz em relação ao processo judicial. Nos momentos em que o psicólogo dá voz diretamente à criança, ele o faz para informar à Justiça a vontade expressa da criança em relação à questão processual. A criança aparece, desta forma, manifestando sua vontade de estar ou não na companhia de alguém. O desejo de residir ou ter contato com algum familiar é ilustrado pelos seguintes exemplos, ora como cópias literais da fala da criança ora como um relato desta fala:

“recusaram qualquer possível afastamento da companhia materna”

“manifestam o desejo de conviver com o pai”

“eu não vou nem arrastado”

“ela o desqualifica por completo, manifestando o desejo até mesmo de tirar o sobrenome dele. Afirma que faria o que fosse possível para elimina-lo por completo de sua vida.”

Em menor número aparecem falas infantis relacionadas a maus tratos ou a desejo de estar mais tranqüilo, livre de conflito entre os genitores:

“afirma que tem vontade de permanecer residindo na casa que sempre viveu, independente de que seja com o pai ou a mãe”

“manifestou o desejo de conviver com mais tranqüilidade e assistência”

“ela bate com vara, chinelo, corria”

Esta preocupação em dar diretamente a voz à criança, sem intermediários, parece se vincular à tendência de particularizar a criança, ao mesmo tempo em que a universaliza, ao enfatizar tanto o momento em que ela se encontra em relação ao desenvolvimento geral quanto as características pessoais da criança e a maneira particular como ela se posiciona na família e no conflito judicial. Embora a Psicologia Jurídica tenha como parâmetro não questionar a criança diretamente sobre sua preferência na ação judicial, os laudos parecem apontar para uma preocupação em mostrar essa vontade quando ela é explicitada diretamente pela criança.

Necessidades da criança

Aqui interessou-nos verificar as idéias dos psicólogos sobre o que a criança necessita, considerando a infância como uma etapa distinta de vida do ser humano. Nos laudos analisados fica evidente a importância que o psicólogo dá à continuidade dos relacionamentos. Esta idéia apresenta a maior frequência de aparecimento nos laudos, dela decorrendo justificativas dadas pelo profissional para a manutenção do contato da criança com algum membro da família. A Psicologia Jurídica parece valorizar o fato de a criança continuar a ter contato com pessoas significativas para ela, notadamente pai e mãe, embora apareçam outros membros da família também. Esta tendência fica evidenciada nos seguintes trechos dos laudos:

“...é importante que seja mantido o relacionamento entre Lucas e o tio Pedro, que é uma figura expressiva na vida da criança”

“...ressaltamos a importância de resguardar a possibilidade da criança conviver com a mãe biológica”

“do ponto de vista psíquico é fundamental que a convivência com os pais permaneça”

As justificativas que aparecem para a manutenção dos laços familiares são baseadas, principalmente, na etapa de desenvolvimento em que a criança se encontra. Ou seja, para o psicólogo a criança necessita preservar os laços com os familiares. pois isto é considerado fator que garantirá um desenvolvimento adequado da criança, estruturando o psiquismo infantil:

“...os primeiros anos de vida determinam os referenciais básicos na formação da personalidade do ser humano”

“...do ponto de vista psicológico, avaliamos ser importante demarcar esse contato mãe e filho, uma vez que faz falta para o desenvolvimento da criança”

“...avaliamos que seria prejudicial ao desenvolvimento psíquico do menor esse afastamento ainda maior da figura materna.”

Outras necessidades atribuídas à infância pelo psicólogo neste contexto são afeto, tranquilidade, segurança emocional, relacionadas à idéia de que a criança demanda uma estabilidade para que possa se desenvolver de forma sadia.

Os laudos ainda apontam para uma tendência marcante da Psicologia neste contexto, ligada à indicação do que é melhor para a criança na situação específica do litígio familiar. Surgem recomendações explícitas nos relatórios de que os pais não devem permitir que suas mágoas em relação ao outro genitor se reflitam na relação da criança com este. Assim, aparecem elementos como

“ambos os genitores devem tentar separar as decepções e a convivência conjugal das funções que exercem em relação aos menores em tela e principalmente entenderem que as dificuldades de cada filho é responsabilidade de ambos e não somente do detentor da guarda.”

Este laudo mostra a preocupação do psicólogo em fazer aparecer a criança como um sujeito separado do adulto, com necessidades próprias e até contraditórias às do adulto. Aponta para a idéia de que a criança é um

ser único, singular, com desejos e necessidades próprias, cabendo, muitas vezes, aos pais, compreender tais aspectos.

“é importante neste momento que os menores em tela sejam escutados e que possam usufruir ao lado do pai e da família paterna de maior proteção”

“a grande questão refere-se ao contato que os filhos necessitam e desejam ter com cada um de seus genitores”

“...e principalmente entenderem que as dificuldades de cada filho é responsabilidade de ambos e não somente do detentor da guarda”

Descrição do psicólogo sobre a relação família-criança

Nesta categoria, buscamos identificar aspectos utilizados pelo psicólogo na descrição ou avaliação da relação da criança com a família envolvida na ação judicial.

Constatamos que o psicólogo descreve esta relação, em primeiro lugar, a partir do clima geral da família, enfatizando a maneira como as relações interpessoais aparecem na família. Dentro disto, o aspecto mais enfatizado é o vínculo ou a maneira particular como os relacionamentos se dão na família.

“mantém uma relação estreita e afetuosa com seu padrasto”

“A Sra. Maria repreendeu ou filhos de modo agressivo”

“se mostrou receptivo ao contato com o pai e com as tias”

“a proximidade entre pai e filha é muito intensa”

“o vínculo materno-filial se encontra preservado”

“percebemos que ela interage bem com ambos os genitores”

O vínculo, a presença do afeto, a qualidade da interação, a aceitação de contato, são aspectos que o psicólogo entende fundamentais para descrever a relação da criança com a família, constituindo-se na principal característica enfatizada pelo psicólogo.

Dentro deste aspecto aparecem sub-categorias importantes, como as funções materna e paterna, que expressa uma preocupação do psicólogo com o exercício dos cuidados com a criança e o envolvimento dos pais neste cuidado.

“Este parece encontrar dificuldades no exercício da função paterna, não se implicando enquanto pai nos cuidados com a criança”

“reconhece o Sr. João como referencial paterno”

Em menor número aparecem preocupações com a rotina diária da criança, o que a família lhe proporciona, incluindo o atendimento das necessidades básicas. Este é um aspecto que merece pouca atenção do psicólogo, se comparado à ênfase dada à maneira como se dá o relacionamento criança-família e ao vínculo afetivo.

É interessante notar que a preocupação do psicólogo com a maneira como a criança vivencia o litígio parental e se este prejudica a relação da criança com a família aparece em menor número, em torno de 7% do total de aparecimento da categoria. Preocupações como as seguintes são pouco frequentes.

“a criança mostra-se abalada com a separação dos pais”

“a criança mostra-se alheia ao conflito dos pais.”

Maneira como a criança é inserida no laudo

A questão que nos guiou nesta categoria foi compreender se o psicólogo tende a enfatizar o aspecto individual da criança envolvida, relatando sua avaliação de forma individualizada, ou se apresenta a criança juntamente com a família. Estas duas perspectivas, a nosso ver, poderiam indicar uma maior ênfase em aspectos pessoais ou em aspectos relacionais, e seriam sugeridas pela maneira como o psicólogo introduz a criança no laudo.

Em todos os processos analisados, a criança aparece sempre descrita junto ao seu contexto familiar. Ou seja, nem as questões específicas do casal são tratadas de forma separada, nem a criança é apresentada de forma isolada. O contexto familiar é o pano de fundo para apresentar a criança à Justiça:

“O Sr. João e a Sra. Lúcia viveram juntos por aproximadamente seis meses. Na ocasião do rompimento desse relacionamento, a requerida encontrava-se grávida da criança em questão. Segundo os relatos das partes processuais o Sr. João somente se aproximou deste filho há pouco tempo, quando impetrou a presente ação”

O psicólogo, assim, apresenta o caso incluindo a criança e sua relação com os genitores ao mesmo tempo em que descreve a situação específica do casal. Isto sugere que a tendência não é enfatizar conflitos maritais, mas sim deslocá-los para o conflito familiar, incluindo todos os membros da família. Da mesma maneira, a criança não aparece em uma análise individual, mas considerada em sua relação com os demais. Ou seja,

não há um momento em que se descrevem aspectos individuais da personalidade de algum envolvido, mas os laudos se caracterizam por descrições sobre a família como um todo, centradas na demanda judicial.

Expressões para designar a criança

Nesta categoria, procuramos levantar os termos utilizados pelos psicólogos para se referir à criança. O objetivo foi identificar a tendência e as preferências de uso de determinadas expressões. Percebe-se que o profissional se refere à criança utilizando nove vocábulos diferentes, nas 851 vezes em que aparece o uso de tais termos nos laudos analisados.

Fica muito evidente que o psicólogo prefere usar as expressões “menor” e “criança”, além do nome próprio para designar o sujeito infantil. Assim, a expressão menor aparece em 115 momentos, ou seja, 13% da frequência total. A palavra criança foi utilizada 301 vezes, correspondendo a 35,3% do total. No entanto, a forma mais utilizada pelo psicólogo é o nome próprio da criança, que apareceu 392 vezes, somando 46% do total. Outras expressões, como menino, Pr, infante, garoto, cliente, sujeito infantil, fruto e recém-nascido aparecem em menor frequência.

O termo “menor” tem um espaço bem definido no discurso psicológico, sendo o terceiro termo mais utilizado, como vimos. Cabe, aqui, nos perguntarmos sobre as razões da persistência do uso desta expressão. Ao mesmo tempo que “menor” traz conotações de inferioridade ou desvio, como menor carente, menor infrator, menor abandonado, já assimilados em nosso meio, tal expressão vincula-se claramente a uma tendência no Direito em conceber a infância em sua dimensão de perigo ou risco, cuja expressão legal foi o Código de Menores.

O uso da expressão “criança”, por outro lado, está em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente, que, justamente, substituiu a idéia de “menor” pela de “criança”, expressando uma tendência de valorizar a infância em sua dimensão de cidadania. O termo criança remete a alguém que está em processo de desenvolvimento e, portanto, é alvo de cuidados que se traduzem em direitos. A palavra criança está sendo incorporada buscando se afastar da tendência anterior, representada pelo Código de Menores.

O uso do nome próprio da criança para designá-la merece atenção, no sentido de ser um reflexo de uma tendência a particularizar, singularizar a criança, já evidenciada em outras categorias. Assim, parece se vincular à busca, pela Psicologia Jurídica, de destacar, na Justiça, o sujeito particular, a subjetividade – procura trazer para a cena judicial uma pessoa real e não uma criança abstrata.

Desta forma, a criança sujeito de direitos, preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, se materializa nos laudos psicológicos fornecidos à Justiça. Pode-se verificar isso pela expressão que o psicólogo privilegia ao nomear a criança, carregada de significados e que pode disseminar idéias e valores sobre a infância em nossa cultura.

Conclusões sobre o processo

Interessou-nos, com esta categoria, entender o que o psicólogo conclui nos laudos que fornece à Justiça sobre a situação específica da ação. Na maior parte dos laudos, o psicólogo não faz indicações diretas ou conclusivas sobre a ação, limitando-se a descrever os resultados de sua

avaliação. Nos momentos em que o faz, no entanto, o psicólogo tende a sugerir uma decisão judicial (guarda ou visitas) com base em algumas justificativas que nos auxiliam a compreender o conhecimento psicológico fornecido à Justiça. Tais justificativas nos mostram os fatores mais relevantes para se definir uma ação.

Aparecem motivações tanto ligadas ao relacionamento afetivo da criança com os pretendentes (a guarda ou visitas) quanto aspectos ligados aos cuidados que os pretendentes dispensam à criança. Os aspectos enfatizados são se o pretendente está empenhado, cuida bem e atende às necessidades da criança e se esta, por sua vez, se vincula afetivamente ao pretendente:

“demonstram estar afetivamente disponíveis”

“a mãe se encontra investida de cuidados”

“têm adotado atitudes que contribuem para o adequado desenvolvimento do sobrinho”

Ao lado desse aspecto aparecem outros, em menor número, que complementam as justificativas do argumento do psicólogo. Aspectos como a adequação do ambiente familiar ao desenvolvimento da criança, a assistência que esta recebe do pretendente a guarda ou visitas são enfatizados:

“Ambiente familiar materno tem proporcionado adequadas condições de desenvolvimento”

Por fim, surgem justificativas específicas em relação aos genitores, como a estruturação psíquica destes ou em relação a faixa etária da criança. Essas não parecem, no entanto, ser características centrais para determinar

que o psicólogo indique explicitamente uma definição de guarda ou visitas. Por outro lado, os aspectos que demonstram que a criança está sendo bem atendida em suas necessidades, se está adaptada e se os genitores são pessoas que propiciam um desenvolvimento adequado para a criança são fatores que o psicólogo privilegia neste momento.

Referencial teórico adotado

Em todos os laudos analisados, o psicólogo não faz referência explícita ao referencial teórico adotado em sua avaliação. Esta se centra na questão processual, buscando situar uma família específica e não partindo de uma idéia abstrata de família ou indivíduo. Além disto, cabe perguntar se a ausência de indicação do marco teórico se relaciona ao público-alvo do laudo, ou seja, os profissionais da Justiça, uma vez que a estes não interessariam variações e nuances teóricas da Psicologia. Mais uma vez os laudos sugerem que o psicólogo não enfatiza aspectos abstratos (que seriam indicados pela presença de um “referencial teórico”), mas procura abordar as questões analisadas pela via da particularidade.

Conclusões

Neste momento podemos enumerar alguns pontos importantes da pesquisa, explorados anteriormente. Talvez o aspecto mais evidente seja a constatação de que o psicólogo judicial mostra à Justiça uma concepção de criança calcada em dois pólos: por um lado, o desenvolvimento global desta criança, ou seja, a criança como parte de uma etapa de vida, da infância; e,

por outro lado, os aspectos particulares da criança específica do laudo. A vontade expressa desta criança real e concreta parece ser um aspecto crucial na avaliação do psicólogo, que o leva a emprestar seu veículo de contato com o juiz, ou seja, o laudo, para que a criança fale diretamente, sem intermediários a respeito daquilo que sente ou quer.

Nesta valorização da criança particular, alguns aspectos surgem como comuns na visão do psicólogo. A necessidade de a criança continuar a ter contato com as pessoas significativas para ela e a manutenção de laços familiares são aspectos necessários para o desenvolvimento infantil, ou seja, a criança é vista como alguém que necessita de um ambiente estável e seguro, garantido pelos adultos.

Coerente com isto é que o psicólogo enfatiza a importância do vínculo familiar, das relações interpessoais e as funções de pai e mãe no contato com a criança. A criança, assim, parece ser o centro do laudo, sendo o discurso psicológico caracterizado por uma “defesa” dos pontos de vista da criança, tanto abstrata (em sua dimensão de infância) quanto real. Esse aspecto é grandemente reforçado pela maneira como o psicólogo nomeia a criança para a Justiça: o nome próprio da criança remete à idéia de que esta é apresentada ao juiz como um ser real, particular, singularizado. Não se fala, aqui, de uma criança “em geral”, abstrata, mas daquela criança específica, que possui um nome e tem características e demandas próprias que as distinguem das demais crianças.

A fala psicológica, assim, se desenrola em torno destes dois aspectos: a infância abstrata e a criança particular. Entendemos que esta característica do discurso científico reflete o momento atual da ciência psicológica que, justamente, busca preservar as singularidades onde antes se viam padronizações. O desafio que a Psicologia se coloca hoje, de efetuar

uma síntese entre as duas tendências, se mostra refletido nos laudos que analisamos nesta pesquisa.

Outros aspectos não abordados neste artigo mereceriam especial atenção em pesquisas futuras, como os efeitos de tais intervenções na justiça, mediante pesquisa com metodologia diferenciada. Uma exploração mais detalhada das representações da infância no meio jurídico também se constitui em tema para maior aprofundamento.

Este trabalho representa, para nós, um esforço inicial na busca de compreender de forma mais ampliada o impacto de idéias psicológicas no meio jurídico nos últimos anos e vem recebendo continuidade com pesquisas sobre a história da Psicologia Jurídica em Belo Horizonte.

Referências Bibliográficas

ARIÉS, P. *História social da criança e da família*. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOBBIO, N. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CAMPOS, R.H.F. "A psicologia em Genebra e os movimentos de defesa dos direitos das crianças (1920-1940): conexões epistemológicas". Em: GUEDES, M. C. e CAMPOS, R. H. F. (eds.). *Estudos em História da Psicologia*. São Paulo: EDUC, 1999. pp. 67-94.

CARDOSO, R. M. *Psicologia e Direitos da Criança*. *Oficina*. Belo Horizonte, v. 2, n. 1, pp. 37-42, 2003.

Roselane Martins Cardoso é Professora do Curso de Psicologia da
Universidade FUMEC
E-mail: lanemartins@hotmail.com

¹ Pesquisa realizada com o financiamento do ProPIC-FUMEC e da FUNADESP durante o ano de 2003, que contou com a participação dos seguintes bolsistas de iniciação científica, alunos do Curso de Psicologia da Universidade FUMEC: Geralda Alcântara de Figueiredo Horta, Hélcio Carneiro Pinto Júnior e Patrícia Regina de Menezes Santos. A equipe do projeto agradece ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais pelo acesso aos autos analisados.